

Aumentando das Receitas Ordinárias: uma análise do município de Carmo do Paranaíba (MG)

Renato Rodrigues Braga - renatorbraga@hotmail.com

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Shirley Fernandes Barros - shirleyluz085@gmail.com

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Eduardo Giarola – eduardog@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

1. Contexto

O quadro orçamentário que se percebe na maioria das cidades brasileiras, e notadamente nos pequenos municípios é de uma administração pública ainda ineficiente e ineficaz, que não corrobora com a dinamização da arrecadação municipal. Desta maneira, percebe-se que na municipalidade não se conseguem arrecadar as receitas com a devida competência, isso devido, principalmente a questões político-administrativas causadas pelas coligações políticas locais que não vêm interesse neste campo, como também pela má gestão administrativa tanto no que concerne à falta de capacitação dos gestores, quanto pela escassez no uso de ferramentas de controle e gestão, aliado a pouca vontade política dos administradores públicos, e as formas de se administrar a coisa pública, persistindo modelos administrativos marcados pela burocracia e o patrimonialismo. Visto que a gestão pública municipal necessita de gestores com competências ocupacionais que logrem administrar o município, assegurando a qualidade de serviços à população.

Portanto, é mister que os gestores municipais foquem na dinamização da arrecadação ordinária das receitas municipais, não somente diminuindo a dependência das transferências federais e estaduais, como também aumentando a geração de impostos in loco, e conseqüentemente, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população adstrita, na medida em que se faz o repasse dos impostos para esta população, sob forma de bens e serviços públicos de valor direcionados às suas necessidades idiossincráticas.

Em decorrência da Pandemia de Covid - 19, houve um grande aumento dos gastos municipais na área da saúde, mesmo porque este contexto fugiu de todos os planejamentos orçamentários previstos. Como consequência, os municípios ficaram ainda mais dependentes dos repasses orçamentários federais. Destacando-se o fato de que o foco de ações para o gasto dos recursos advindos de créditos Extraordinários da União ter tido uma grande amplitude de empregabilidade, que vai desde ações de enfrentamento do COVID – 19 com alocações ao Ministério da Saúde, até as destinadas ao Ministério da Cidadania, que teve maior destaque no recebimento destes proventos federais, em detrimento ao campo da saúde, seguidos de repasses de créditos extraordinários dos Ministérios da Economia, Educação e Turismo, respectivamente.

À vista disso, pode-se inferir que houve um grande desequilíbrio no planejamento orçamentário a nível federal em se tratando das dotações orçamentárias para o campo da saúde. Outra questão que merece ser destacada é o fato de que não foram feitos os devidos planejamentos para a alocação dos recursos federais.

Neste contexto orçamentário, depreende-se que para poder realizar projetos ou políticas públicas que impactem positivamente na vida dos cidadãos, os municípios precisam aumentar

suas receitas ordinárias, pois os repasses dos governos federal e estadual, quase sempre cobrem somente alguns custos locais, deixando os municípios com pequena margem monetária para investimentos locais.

Logo, é com essa visão, que o município de Carmo do Paranaíba, do estado de Minas Gerais irá buscar soluções, ferramentas, e métodos para que a receita ordinária seja incrementada.

2. Solução Proposta ou Implementada

Para promover o aumento da arrecadação de receitas ordinárias no município é preciso modernizar a gestão da Secretaria de Finanças, com elaboração de Projeto de Lei para instituição da Planta Genérica de Valores, para base de cálculo dos impostos: Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) e Imposto de transmissão de bens Imóveis (ITBI), com observância dos critérios científicos aplicáveis à matéria.

Sendo assim, é preciso que se faça a capacitação continuada de todos os fiscais de tributos e demais servidores que atuam na administração tributária, visando o aprimoramento e melhoria de desempenho na realização das atividades demandadas pelo setor. Também será necessário disponibilizar veículos e computadores em número e configurações suficientes para o atendimento das demandas da administração tributária municipal.

Outra medida necessária seria revisar a política de provimentos e remuneração dos cargos de Fiscal de Tributos, instituindo a exigência de nível superior aos novos concursados para o provimento e elaboração de novo plano de carreira com valorização do cargo, estabelecendo, assim, remuneração fixa, e/ou variável relativa à produtividade, baseada nos maiores vencimentos instituídos para os cargos comissionados, por meio de elaboração de projeto de lei. Isso porque ao se deliberar sobre um plano de carreira onde sejam estabelecidas as competências ocupacionais para exercer este cargo, instrumentalizando processos avaliativos contínuos que permitam auferir sobre a produtividade dos servidores, instituindo-lhes benefícios segundo a qualidade de seu trabalho; constitui-se uma boa medida para que se obtenha maior empenho do servidor em seu processo de trabalho num sentido de buscar melhorar tanto para adquirir melhores postos de trabalho quanto obter melhores remunerações segundo seu empenho.

Mais uma medida seria a reestruturação do setor de cadastro imobiliário, com aumento do número de servidores para fazerem a atualização cadastral e a aquisição de bens permanentes, a contratação e a implantação de sistema informatizado de gestão para integração de dados do cadastro imobiliário e ações de regulação urbana. Também é preciso fazerem o levantamento aerofotogramétrico e ortofotos da área urbana do município, a implantação de sistema de georreferenciamento, a atualização do valor venal predial e territorial, e o cadastro de novas unidades imobiliárias para regularização fiscal.

Também seria importante fazer a contratação de sistema informatizado de controle da arrecadação com módulo específico para a fiscalização do ISS, que seja adequado para registrar os instrumentos de planejamento, execução e controle da fiscalização do ISS, tais como: Ordem de Fiscalização; Termo de Início de Ação Fiscal, Relatório de Fiscalização, Notificação, Auto de Infração, dentre outros; para que o sistema tenha maior informatização da mesma forma que o gestor tenha maior controle sobre os atos de fiscalização

Uma resolução adicional seria contratar um Sistema de Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) que contemplasse funcionalidades que possibilitem, no mínimo, os seguintes procedimentos: (i) registro da movimentação econômica de todos os contribuintes, inclusive aqueles optantes do Simples Nacional; (ii) cálculo, emissão e armazenamento automático das guias de arrecadação do ISS; (iii) crítica automática, efetuada pelo Sistema, quanto à retenção ou não do ISS referente a serviços tomados pelos contribuintes domiciliados no município,

inclusive quanto à alíquota e base de cálculo do imposto; (iv) controle de guias emitidas e guias paga. Contratação de sistema informatizado para serviço de fiscalização do faturamento dos contribuintes do SIMPLES NACIONAL, onde será comparado o valor do movimento da empresa com os valores declarados na prefeitura.

Contratação de sistema informatizado para fiscalização das instituições bancárias, com o objetivo de confrontar as rubricas contábeis bancárias passíveis de tributação com os valores recolhidos.

E finalmente seria importante contratar um sistema informatizado para judicialização da dívida ativa com envio de arquivos para cartórios realizarem a cobrança, com objetivo de eliminar perdas com prescrição de dívida. Esta seria uma medida que ofertaria Accountability ao município, por ofertar uma parceria com os cartórios, sendo transparente em suas prestações de contas junto à sociedade.

3. Resultados ou Metas

Com a implantação de sistemas integrados conjuntamente com o treinamento dos servidores, todo o processo de cobrança da dívida ativa ficará mais ágil e confiável, o cálculo de IPTU e ITBI serão feitos baseados em dados reais, bem como a cobrança e cálculo do ISS, informatizando-a para fiscalizá-la melhor; a atualização do código tributário trará legalidade nas ações mais firmes dos fiscais, bem como a atualização da planta de valores e os dados resultante do geo-processamento trarão um incremento significativo no IPTU.

Conforme os lançamentos na arrecadação estipulados no demonstrativo abaixo (figuras 1 e 2), depois de todas as ações propostas serem implantadas, a arrecadação de IPTU chegará a aproximadamente R\$ 9.000.000,00.

 PREFEIT. MUNIC.DE CARMO DO PARANAÍBA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA													1/3
													23/06/2021
													16:12:04
Relatório dos Valores a Receber e Arrecadado													
Tipo de Relatório Cadastro / Dívida / Vencimento no Período de Vencimento 01/01/2020 até 31/12/2021 no Período de Movimento 01/01/2020 até 31/12/2021													
CADASTRO IMOBILIÁRIO IMPOSTO PREDIAL													
VENCIMENTO	LANÇAMENTOS		RECEBIMENTOS			CANCILMUNE/SENTO		PARCELAMENTOS		INADIMPLENTES			
	VALOR	Nº PARC.	VALOR	Nº PARC.	%	VALOR	Nº PARC.	VALOR	Nº PARC.	VALOR	Nº PARC.	%	
setembro/2020	1.221.032,81	5.006	1.211.019,92	4.968	98,24	9.896,78	36	0,00	0	205,11	0	0,00	
outubro/2020	1.227.233,65	6.727	313.977,94	1.917	28,37	28.218,96	215	16.645,12	58	988.391,63	4.567	67,29	
novembro/2020	87.930,92	1.056	67.114,36	834	75,98	17.928,16	199	187,99	2	2.700,41	21	1,99	
dezembro/2020	69.125,25	756	50.846,08	563	74,47	15.775,62	163	130,54	1	2.373,01	29	3,84	
setembro/2021	836.284,42	11.022	2.297,19	11	0,10	2.435,62	6	0,00	0	831.551,61	11.005	99,85	
outubro/2021	793.754,77	10.516	0,00	0	0,00	2.353,59	5	0,00	0	791.401,18	10.511	99,95	
novembro/2021	682.581,55	8.750	0,00	0	0,00	2.279,21	4	0,00	0	680.302,34	8.746	99,95	
dezembro/2021	523.603,15	6.019	0,00	0	0,00	2.279,18	4	0,00	0	521.323,97	6.015	99,93	
TOTAL		5.541.546,52	1.645.235,49	29,69		81.877,12	1,46	16.963,63	0,31	3.798.259,26	68,54		

Figura 1 - Relatório dos Valores a Receber e Arrecadado. Fonte: Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba (2021).


 PREFEIT. MUNIC.DE CARMO DO PARANAÍBA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA													1/1	
													14/07/2021	
													10:26:37	
Referência: 2020														
Dívida Tributária	Saldo Anterior	Inscrito (+)		Atualização (+)		Ajuste (+)		Cancel/Bx Processo (-)		Desconto/Abatimento (-)		Cobrança/Recebimento (-)		Saldo Atual
		Principal	Multa/Juros	Principal	Multa/Juros	Principal	Multa/Juros	Principal	Multa/Juros	Principal	Multa/Juros	Principal	Multa/Juros	
BIC														
ECONOMICO	4.551.904,96	233.118,58	35.118,10	105.926,46	215.078,12	0,00	0,00	49.043,70	28.440,77	95.513,10	23.454,44	34.715,96	8.791,13	4.901.187,12
IMOBILIARIO	10.158.817,72	958.227,81	128.821,93	333.866,19	516.399,75	0,00	0,00	175.744,13	119.397,98	355.083,21	125.266,06	465.242,26	116.210,22	10.739.189,54
TAXAS DIVERSAS	442.593,13	11.844,15	1.562,57	8.381,62	22.567,68	0,00	0,00	464,66	222,13	2.236,79	917,41	768,88	80,59	482.258,69
Total Dívida Tributária	15.153.315,81	1.203.190,54	165.502,60	448.174,27	754.045,55	0,00	0,00	225.252,49	148.060,88	452.833,10	149.637,91	500.727,10	125.081,94	16.122.635,35
Dívida Não Tributária														
BIC														
ECONOMICO	237.753,00	0,00	0,00	10.634,08	10.845,62	0,00	0,00	0,63	0,61	36,77	14,42	653,63	313,93	258.212,71
IMOBILIARIO	4.892,88	0,00	0,00	438,64	519,42	0,00	0,00	0,00	0,00	3.815,71	1.385,13	476,96	173,14	0,00
TAXAS DIVERSAS	159.763,97	2.998,04	346,73	3.965,45	8.028,65	0,00	0,00	1.180,84	539,47	3.491,10	1.488,19	2.387,11	163,66	165.852,47
Total Dívida Não Tributária	402.409,85	2.998,04	346,73	15.038,17	19.393,69	0,00	0,00	1.181,47	540,08	7.343,58	2.887,74	3.517,70	650,73	424.065,18
Total Geral:	15.555.725,66	1.206.188,58	165.849,33	463.212,44	773.439,24	0,00	0,00	226.433,96	148.600,96	460.176,68	152.525,65	504.244,80	125.732,67	16.546.700,53

Figura 2 - Relatório de Arrecadação da Dívida Ativa – referência: 2020. Fonte: Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba (2020).

O incremento do ISS Mensal esperado é de R\$ 900.000,00 totalizando uma arrecadação anual de aproximadamente R\$ 4.500.000,00. Com o ITBI espera-se arrecadar mais de R\$ 2.500.000,00, totalizando aproximadamente R\$ 3.300.000,00 anuais. E por fim a arrecadação da Dívida Ativa referente ao movimento de 2020, pretendemos chegar perto de R\$ 0,00, o cancelamento e aumentar a arrecadação em R\$ 5.000.000,00

4. Proposta de Acompanhamento

Instituir a implantação de procedimentos anuais de atualização cadastral, a partir de análises de imagens aéreas constantes no sítio Google e Instituto Nacional de Pesquisa, a fim de confrontar as imagens com os dados informados no cadastro imobiliário.

Realizar ações fiscalizatórias nas instituições bancárias, comparando a movimentação econômica declarada obrigatoriamente por elas ao Banco Central com seus demonstrativos contábeis.

Fazer a elaboração de procedimentos regulares para comparar o faturamento dos contribuintes de ISS oriundo de operações realizadas com cartões de crédito e de débito, com a movimentação econômica declarada ao município por meio da emissão de notas fiscais de serviços.

Realizar ações fiscalizatórias nos cartórios por meio dos seguintes procedimentos: (i) notificação para apresentação das informações relativas ao movimento econômico; (ii) obtenção do movimento econômico mediante petição à Corregedoria Geral de Justiça dos Dados Constantes no Livro Adicional Eletrônico; (iii) cálculo indireto a partir da receita bruta disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça na internet (justiça aberta).

Revisar a planta de valores atualizando-a a cada quatro anos, sendo preciso fazer um novo geoprocessamento; e os relatórios da dívida ativa deverão ser analisados mensalmente, para saber o percentual de recebimento da cobrança.

Empreender ações fiscalizatórias nas instituições bancárias, comparando a movimentação econômica declarada obrigatoriamente por elas ao Banco Central com seus demonstrativos contábeis. Fiscalização contínua nos cartórios, com confronto entre receitas dos serviços disponibilizados no sítio do Conselho Nacional de Justiça e os respectivos valores declarados ao município.

Efetuar ações fiscalizatórias nos cartórios por meio dos seguintes procedimentos: (i) notificação para apresentação das informações relativas ao movimento econômico; (ii) obtenção do movimento econômico mediante petição à Corregedoria Geral de Justiça dos dados constantes no Livro Adicional Eletrônico; (iii) cálculo indireto a partir da receita bruta disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça na internet (justiça aberta). Apurar as receitas tributáveis dos cartórios localizados no município nos últimos cinco anos e promovam a cobrança administrativa e/ou judicial do ISS devido.

Instrumentalizar procedimentos anuais de atualização cadastral, a partir de análises de imagens aéreas constantes no sítio Google e Instituto Nacional de Pesquisa.

Exercer fiscalização nas instituições bancárias, comparando a movimentação econômica declarada obrigatoriamente por elas ao Banco Central com seus demonstrativos contábeis.

Implementar procedimentos regulares para comparar o faturamento dos contribuintes de ISS oriundo de operações realizadas com cartões de crédito e de débito, com a movimentação econômica declarada ao Município por meio da emissão de notas fiscais de serviços.

Fiscalizar os cartórios por meio dos seguintes procedimentos: (i) notificação para apresentação das informações relativas ao movimento econômico; (ii) obtenção do movimento econômico mediante petição à Corregedoria Geral de Justiça dos dados constantes no Livro Adicional

Eletrônico; (iii) cálculo indireto a partir da receita bruta disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça na internet (justiça aberta).

Apurar as receitas tributáveis dos cartórios localizados no Município nos últimos cinco anos e promovam a cobrança administrativa e/ou judicial do ISS devido.

5. Fundamentação

Para elaborar o presente trabalho fora feita a aplicabilidade de conteúdos discorridos, principalmente nas disciplinas alocadas abaixo, pertencentes ao MBA em Gestão Pública FAGEN/UFU - EAD:

“Gestão de Perdas e Riscos”, na qual aprendemos a não termos perdas de arrecadação com a prescrição da dívida ativa;

“Gestão de Projetos”, pois o gerenciamento de projetos permite que as organizações executem projetos de forma eficaz e eficiente, permitindo a definição dos prazos de cada fase do projeto, estabelecendo-se os responsáveis por cada tarefa do projeto, os recursos financeiros e humanos, os riscos e a avaliação dos resultados;

“Programação de Filas e Pesquisa Operacional” nos auxiliou pois, a aumentar a receita ordinária, e isto requer uma pesquisa minuciosa, pois pode ser que o investimento feito não tenha retorno imediato, ou não tenha nenhum retorno, a pesquisa operacional depois da modelagem, definição das restrições e das variáveis de decisão retorna de forma clara e assertiva as melhores escolhas a serem feitas;

Planejamento Estratégico ao aprendermos sobre empreendedorismo, e pensarmos em fazer uma parceria entre o ente público e os cartórios.

“Orçamento Público, Licitações e Accountability” Temática focal do nosso trabalho, na qual aprendemos sobre o orçamento público, *Accountability* e transparência tão necessárias na administração pública para contemplar o que é referenciado na Constituição de 1988, sobre participação cidadã e controle social; e então pensamos na parceria do Ente público com os cartórios. Também internalizamos os conteúdos sobre administrações financeira e orçamentária, foco do nosso trabalho, porque introjetamos as questões relativas à gestão dos recursos públicos e gestão fiscal abordados;

“Sistemas de Informação Municipal” nos proporcionou um aprendizado que nos possibilitou inferir como seria possível dinamizar os serviços públicos através da operacionalização de sistemas informatizados;

“Gestão por Resultados, Dados e *Balanced Scorecard*” na Gestão Pública através deste aprendizado, nos foi possível inferir sobre o problema orçamentário municipal, e estabelecer as propostas intervencionistas para o aumento do orçamento municipal;

“Métodos e Técnicas de Pesquisa para Resolução de Problemas” na qual nos fora apresentada a metodologia através da qual instrumentalizamos o presente trabalho, mas também a metodologia de construção para a resolubilidade de problemas. Tendo a capacidade de inferir sobre os diagnósticos, encontrar os problemas e estabelecer o melhor caminho para sua resolução no contexto do processo decisório;

“Gestão de Carreira Pública” nos ajudou a perceber que nas organizações os processos de trabalho devem ser avaliados, continuamente, como também o resultado deste trabalho entregue aos cidadãos, no caso de organizações públicas. Outra aprendizagem inferida nesta disciplina foi relativa ao treinamento e a capacitação, necessários à melhoria da expertise do servidor, e conseqüentemente, do resultado do trabalho, da prestação de serviços, agregando valor nos mesmos. E vimos também que em processos para concursos públicos, é importante que se

estabeleça para além do cargo disponibilizado, a habilitação do sujeito, como também as competências para a realização das tarefas que ele exercerá. Também é importante estipular um plano de intervenção que os ofereça a possibilidade de ganhos acima do salário fixo, premiações e dependendo do caso promoção;

“Políticas Públicas Municipais” também nos auxiliou no sentido de inferirmos que na municipalidade é que devem ser ajustados todos os procedimentos relativos ao planejamento, inclusive o orçamento, tanto para dinamizar a arrecadação quanto para retornar este valor agregado aos impostos para a população em forma de serviços que os cidadãos locais estão precisando;

“Estado, Governo e Sociedade” no tocante a *Accountability* e *Responsiveness*, como também sobre eficiência, eficácia e efetividade na Administração Pública;

“Plano Plurianual e Orçamento Público Municipal” constitui-se como outra disciplina que auxiliou na conformação do presente trabalho, por nos ensinar sobre o orçamento do ente público, no ciclo orçamentário e a execução orçamentária e financeira, e levamos o foco do nosso trabalho para o nível orçamentário municipal.

Referências

CARMO DO PARANAÍBA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de finanças. **Relatório dos Valores a Receber e Arrecadado**. Minas Gerais, 2021.

CARMO DO PARANAÍBA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de finanças. **Relatório de Arrecadação da Dívida Ativa - referência: 2020**. Minas Gerais, 2020.